

**HANSENÍASE: ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA E DESIGUALDADES
SOCIAIS NO BRASIL**
**HANSENIASIS: ANÁLISIS EPIDEMIOLÓGICO Y DESIGUALDADES
SOCIALES EN BRASIL**
**LEPROSY: EPIDEMIOLOGICAL ANALYSIS AND SOCIAL
INEQUALITIES IN BRAZIL**

José Irismar de Oliveira Corrêa*

RESUMO

Em 2017, a hanseníase ainda representa um significativo desafio de saúde pública no Brasil, apesar dos avanços terapêuticos e da existência de um programa nacional dedicado ao seu controle. Embora a prevalência tenha diminuído ao longo das décadas, a transmissão persiste em determinadas regiões, sobretudo naquelas marcadas por condições socioeconômicas desfavoráveis, carência de infraestrutura básica e acesso limitado aos serviços de saúde. Esse panorama evidencia a relação direta entre hanseníase e desigualdades sociais, reforçando o papel dos determinantes sociais da saúde na manutenção da doença.

As elevadas taxas de detecção em áreas vulneráveis refletem não apenas fatores biológicos, mas também barreiras geográficas, culturais e econômicas. O estigma associado à hanseníase, a falta de informação, o medo e a discriminação dificultam o diagnóstico precoce e a adesão ao tratamento, prolongando a cadeia de transmissão. Além disso, a escassez de profissionais capacitados, a rotatividade de equipes e a insuficiência de recursos em algumas localidades comprometem a efetividade das estratégias de controle. Diante desses desafios, o enfrentamento da hanseníase exige uma abordagem intersetorial, integrando saúde, educação, saneamento, habitação e proteção social, a fim de criar ambientes mais saudáveis. A melhoria da vigilância epidemiológica, o fortalecimento da atenção primária, a educação em saúde e a participação comunitária tornam-se cruciais para quebrar o ciclo de vulnerabilidade. Assim, as políticas públicas devem direcionar-se não apenas à doença em si, mas também às condições estruturais que sustentam as desigualdades, contribuindo para a redução da transmissão, do estigma e das iniquidades em saúde.

Palavras-chave: Hanseníase; Desigualdades sociais; Epidemiologia; Saúde pública.

RESUMEN

En 2017, la hanseniasis todavía representa un desafío significativo para la salud pública en Brasil, a pesar de los avances terapéuticos y la existencia de un programa nacional dedicado a su control. Aunque la prevalencia haya disminuido a lo largo de las décadas, la transmisión persiste en determinadas regiones, sobre

*José Irismar de Oliveira Corrêa - Mestre em Saúde Pública pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS) - irismar.adv@gmail.com

todo en aquellas caracterizadas por condiciones socioeconómicas desfavorables, falta de infraestructura básica y acceso limitado a los servicios de salud. Este panorama evidencia la relación directa entre la hanseniasis y las desigualdades sociales, reforzando el papel de los determinantes sociales de la salud en el mantenimiento de la enfermedad.

Las elevadas tasas de detección en áreas vulnerables reflejan no solo factores biológicos, sino también barreras geográficas, culturales y económicas. El estigma asociado a la hanseniasis, la falta de información, el temor y la discriminación dificultan el diagnóstico temprano y la adherencia al tratamiento, prolongando así la cadena de transmisión. Además, la escasez de profesionales capacitados, la rotación de los equipos y la insuficiencia de recursos en algunas localidades comprometen la efectividad de las estrategias de control. Ante estos desafíos, el abordaje de la hanseniasis exige una perspectiva intersectorial que integre salud, educación, saneamiento, vivienda y protección social, con el fin de crear entornos más saludables. La mejora de la vigilancia epidemiológica, el fortalecimiento de la atención primaria, la educación en salud y la participación comunitaria se vuelven fundamentales para romper el ciclo de la vulnerabilidad. De este modo, las políticas públicas deben dirigirse no solo a la enfermedad en sí, sino también a las condiciones estructurales que sustentan las desigualdades, contribuyendo así a la reducción de la transmisión, el estigma y las inequidades en salud.

Palabras clave: Hanseniasis; Desigualdades sociales; Epidemiología; Salud pública.

ABSTRACT

In 2017, leprosy remained a significant public health challenge in Brazil, despite therapeutic advancements and the existence of a national program dedicated to its control. Although prevalence has declined over the decades, transmission persists in certain regions, particularly those marked by unfavorable socioeconomic conditions, a lack of basic infrastructure, and limited access to healthcare services. This scenario highlights the direct relationship between leprosy and social inequalities, reinforcing the role of social determinants of health in sustaining the disease.

High detection rates in vulnerable areas reflect not only biological factors but also geographical, cultural, and economic barriers. The stigma associated with leprosy, lack of information, fear, and discrimination hinder early diagnosis and adherence to treatment, prolonging the transmission chain. Additionally, the shortage of trained professionals, staff turnover, and insufficient resources in some locations compromise the effectiveness of control strategies.

Facing these challenges, combating leprosy requires an intersectoral approach, integrating health, education, sanitation, housing, and social protection to create healthier environments. Improving epidemiological surveillance, strengthening primary care, promoting health education, and fostering community participation are crucial to breaking the cycle of vulnerability. Thus, public policies must address not only the disease itself but also the structural conditions that perpetuate inequalities, contributing to reduced transmission, stigma, and health inequities.

Keywords: Leprosy; Social inequalities; Epidemiology; Public health.

INTRODUÇÃO

A hanseníase, também conhecida como lepra, é uma doença infecciosa crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, que acomete principalmente a pele, os nervos periféricos e, em casos graves, outros órgãos e sistemas do corpo humano. Apesar de ser uma das doenças mais antigas conhecidas pela humanidade, com registros que remontam a milhares de anos, a hanseníase permanece um desafio significativo de saúde pública, particularmente em países em desenvolvimento. O Brasil, nas últimas décadas, tem ocupado consistentemente uma posição de destaque entre os países com maior número de casos novos diagnosticados anualmente, mesmo com avanços importantes na implementação de estratégias de controle, como a poliquimioterapia (PQT) e programas de vigilância ativa (Rodrigues & Lockwood, 2011; WHO, 2016).

Os números elevados de casos no Brasil não são reflexo apenas de questões biológicas ou dificuldades no acesso ao tratamento. A persistência da hanseníase está intimamente associada a desigualdades socioeconômicas e a iniquidades nos determinantes sociais da saúde, incluindo pobreza, falta de saneamento básico, moradias inadequadas, educação insuficiente e dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Esses fatores criam um ciclo que favorece a disseminação da doença e perpetua as condições de vulnerabilidade, muitas vezes concentradas em regiões menos desenvolvidas do país, como o Norte e o Nordeste. A hanseníase, portanto, não é apenas um problema de saúde; é também um reflexo das desigualdades estruturais e históricas presentes na sociedade brasileira (Brasil, Ministério da Saúde, 2016a; OPAS, 2010).

Além disso, o estigma associado à hanseníase continua sendo um obstáculo significativo, tanto para a busca por diagnóstico quanto para a adesão ao tratamento. As pessoas afetadas frequentemente enfrentam discriminação, o que dificulta ainda mais os esforços para controlar a doença. Essa combinação de fatores biológicos, sociais e culturais ressalta a necessidade de uma abordagem intersetorial e integrada que vá além das intervenções biomédicas, considerando também os determinantes sociais da saúde.

Dessa forma, compreender a distribuição epidemiológica da hanseníase e sua relação com as desigualdades sociais é essencial para o desenvolvimento de

políticas públicas mais eficazes e equitativas. Estudos que integrem dados epidemiológicos com análises sobre as condições sociais podem fornecer subsídios valiosos para a formulação de estratégias de controle mais direcionadas e sustentáveis.

O presente artigo tem como objetivo analisar a situação epidemiológica da hanseníase no Brasil no ano de 2017, com ênfase na influência dos determinantes sociais na manutenção da endemia. A partir de uma revisão bibliográfica e da análise de dados secundários disponíveis, o estudo busca discutir os desafios enfrentados no controle da doença e a necessidade de estratégias intersetoriais que considerem dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas para superar essa complexa questão de saúde pública.

DESENVOLVIMENTO

1. Panorama Epidemiológico da Hanseníase no Brasil

A introdução da PQT na década de 1980 e o fortalecimento dos programas de controle levaram a uma redução significativa da prevalência de hanseníase no país (Fine, 2007; Brasil, Ministério da Saúde, 2016b). Contudo, o número de casos novos detectados anualmente ainda se mantém elevado em algumas regiões, especialmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Penna et al., 2009; OMS, 2017).

Em 2017, conforme dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, a taxa de detecção ainda se mostrava preocupante em vários estados brasileiros, sugerindo uma circulação ativa do bacilo e insuficiência das medidas de vigilância (Brasil, Ministério da Saúde, 2016a). É importante ressaltar que tais indicadores não são homogêneos: municípios com baixas taxas convivem lado a lado com áreas hiperendêmicas, evidenciando a influência das condições locais na distribuição da doença.

2. Desigualdades Regionais e Socioeconômicas

A hanseníase não se distribui de forma uniforme pelo território brasileiro. Regiões historicamente marcadas por menor desenvolvimento econômico, precariedade da infraestrutura básica e acesso limitado a serviços públicos essenciais apresentam maior incidência da doença (Penna et al., 2009; Rodrigues & Lockwood, 2011). Essas disparidades regionais refletem o papel dos determinantes

sociais da saúde, entendidos como as condições nas quais as pessoas nascem, vivem, trabalham e envelhecem (CSDH, 2008).

As desigualdades sociais também se expressam no perfil populacional mais afetado. A hanseníase tende a atingir comunidades mais vulneráveis: populações rurais isoladas, periferias urbanas, grupos étnicos marginalizados e segmentos de baixa escolaridade e renda (Lockwood, 2004; White, Franco-Paredes & Kerr, 2016). Nesse contexto, a doença se fortalece onde as ações de saúde não conseguem intervir de forma adequada, perpetuando um ciclo de transmissão e estigma.

3. Determinantes Sociais da Hanseníase

A manutenção da hanseníase está intrinsecamente ligada a determinantes sociais como pobreza, habitação precária, saneamento inadequado, insegurança alimentar, baixa escolaridade e insuficiência na oferta de serviços de saúde (OPAS, 2010; OMS, 2017). Esses fatores dificultam o diagnóstico precoce, favorecem o retardo terapêutico e aumentam a probabilidade de disseminação do *M. leprae*.

No que se refere ao acesso aos serviços de saúde, a desigualdade se faz presente tanto na oferta quanto na qualidade da atenção primária. Unidades básicas de saúde mal estruturadas, falta de profissionais treinados, rotatividade de equipes e distância geográfica dos centros de referência dificultam a detecção e o acompanhamento dos casos, resultando em maior risco de incapacidades físicas e estigma social (Brasil, Ministério da Saúde, 2016b).

4. Estigma e Barreiras Culturais

O estigma associado à hanseníase ainda constitui um obstáculo significativo ao seu controle. Embora o Brasil tenha avançado no tratamento e na promoção de campanhas informativas, a discriminação e o preconceito persistem, dificultando a busca por diagnóstico e tratamento. A vergonha, o medo da rejeição social e a falta de conhecimento sobre a cura e a efetividade do tratamento retardam a procura por assistência (Lockwood, 2004; White et al., 2016).

A superação do estigma requer estratégias de educação em saúde que envolvam a comunidade, bem como a capacitação dos profissionais para lidar com o tema de forma sensível e inclusiva. A informação correta, o diálogo com lideranças

locais e o apoio a associações de pessoas afetadas pela hanseníase podem contribuir para a redução do estigma e estimular o engajamento precoce no cuidado.

5. Políticas de Saúde e Estratégias de Controle

O Programa Nacional de Controle da Hanseníase, coordenado pelo Ministério da Saúde, estabelece diretrizes para vigilância, detecção, tratamento e prevenção de incapacidades. Contudo, a efetividade dessas políticas enfrenta limitações práticas. Em 2017, o Brasil ainda buscava atingir as metas de eliminação propostas pela Organização Mundial da Saúde, que considerava a redução da prevalência a menos de 1 caso por 10.000 habitantes como indicador de eliminação (OMS, 2017; WHO, 2016).

A complexidade do controle da hanseníase exige uma abordagem mais ampla que transcenda o âmbito biomédico. Além de garantir a PQT, é necessário fortalecer a atenção primária à saúde, integrar as ações com programas de melhoria das condições de vida, saneamento, educação e geração de renda. A construção de políticas intersetoriais que considerem a hanseníase como indicador de desigualdade social pode impulsionar o desenvolvimento local e romper o ciclo de vulnerabilidade.

6. Ações Intersetoriais e Participação Comunitária

Diante do quadro complexo da hanseníase, a resposta efetiva requer ações intersetoriais. Setores como saneamento, educação, habitação, segurança alimentar e proteção social devem estar articulados às políticas de saúde. Essa sinergia é crucial para alterar as condições de vida que favorecem a transmissão da doença e para fortalecer a capacidade de resposta do sistema de saúde (CSDH, 2008; Fine, 2007).

A participação comunitária é outro pilar essencial. O envolvimento da população nos processos de identificação de casos, na promoção da informação, no acompanhamento de pessoas em tratamento e na superação do estigma amplifica o alcance das medidas de controle. Iniciativas que empoderam as comunidades, respeitando saberes locais e promovendo o diálogo, tendem a gerar maior impacto na redução da incidência e na melhoria da qualidade de vida (OPAS, 2010).

7. Desafios Futuros

Em 2017, o Brasil enfrenta desafios complexos no enfrentamento da hanseníase, que vão além da esfera biomédica e exigem uma abordagem holística para integrar a doença em uma perspectiva mais ampla de equidade em saúde. Embora o diagnóstico precoce e o tratamento sejam pilares fundamentais no controle da hanseníase, essas estratégias são insuficientes para romper o ciclo de transmissão se não forem acompanhadas por políticas públicas que abordem as raízes socioeconômicas e estruturais do problema.

A persistência da hanseníase reflete a fragilidade das condições de vida de uma parcela significativa da população brasileira, especialmente em áreas rurais e periferias urbanas, onde a pobreza, a falta de saneamento básico, a habitação inadequada e o acesso limitado aos serviços de saúde são predominantes. Para enfrentar esses desafios, é essencial fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo não apenas a cobertura universal, mas também a qualidade e a equidade na oferta de serviços. Isso inclui a expansão do acesso a regiões remotas, o fortalecimento das equipes de atenção primária à saúde e a capacitação contínua de profissionais para atender às necessidades específicas de pessoas acometidas pela hanseníase (Brasil, Ministério da Saúde, 2016b).

Outro ponto central é a necessidade de aprimorar os sistemas de vigilância epidemiológica. Metodologias mais sensíveis e oportunas são cruciais para detectar precocemente os casos novos, monitorar a evolução da doença e identificar áreas de maior vulnerabilidade. Ferramentas tecnológicas, como aplicativos de mapeamento e monitoramento em tempo real, podem ser incorporadas para melhorar a eficiência das ações de controle e fortalecer a integração entre os diferentes níveis de gestão e cuidado.

Além disso, o avanço no enfrentamento da hanseníase requer investimentos robustos em pesquisa e inovação. A compreensão aprofundada das vias de transmissão do *Mycobacterium leprae* é essencial para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de controle. Da mesma forma, há uma necessidade urgente de desenvolver testes diagnósticos mais simples, rápidos e acessíveis, que possam ser utilizados em ambientes com infraestrutura limitada. A pesquisa também deve se concentrar na avaliação de intervenções intersetoriais, permitindo a

formulação de políticas públicas baseadas em evidências que considerem as múltiplas dimensões da hanseníase.

A redução do estigma associado à hanseníase é outro desafio crucial. O preconceito histórico e o desconhecimento sobre a doença ainda afetam significativamente as pessoas acometidas, dificultando a busca por diagnóstico, o início do tratamento e a reintegração social. Campanhas de conscientização devem ser intensificadas para combater o estigma, promover a inclusão social e aumentar o conhecimento da população sobre a hanseníase como uma condição tratável e curável. Tais campanhas devem envolver não apenas os meios de comunicação tradicionais, mas também lideranças comunitárias, escolas e organizações da sociedade civil para alcançar diferentes públicos de maneira eficaz.

O financiamento sustentável também é uma prioridade para garantir a continuidade e a expansão das ações de controle da hanseníase. Isso inclui a alocação adequada de recursos financeiros, humanos e tecnológicos, bem como o fortalecimento da governança para otimizar a gestão desses recursos. Parcerias entre os setores público, privado e organizações não governamentais podem desempenhar um papel fundamental na ampliação do alcance das estratégias de controle.

Por fim, é indispensável adotar uma abordagem intersetorial para lidar com os determinantes sociais que perpetuam a hanseníase. A integração entre saúde, educação, saneamento básico, habitação e proteção social é fundamental para criar ambientes que favoreçam a saúde e o bem-estar das populações mais vulneráveis. Políticas públicas que abordem não apenas a hanseníase como uma condição médica, mas também as desigualdades estruturais que a sustentam, são essenciais para alcançar a eliminação da doença como problema de saúde pública no Brasil.

Superar esses desafios exige um compromisso político, social e científico contínuo, capaz de mobilizar esforços em todas as esferas da sociedade. O Brasil tem a oportunidade de avançar no combate à hanseníase e, ao mesmo tempo, promover mudanças estruturais que contribuam para a redução das iniquidades em saúde e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise epidemiológica da hanseníase no Brasil em 2017 evidencia a complexidade do cenário nacional, caracterizado pela persistência da doença em regiões economicamente desfavorecidas, pela forte influência de determinantes sociais negativos e pelo estigma que afeta as pessoas acometidas. Embora avanços significativos tenham sido alcançados em termos terapêuticos e de políticas públicas voltadas ao controle da hanseníase, as desigualdades sociais continuam a ser um fator determinante na manutenção de elevados índices de incidência e na dificuldade de alcançar as metas internacionais de eliminação.

O enfrentamento eficaz da hanseníase exige uma abordagem abrangente e integrativa que vá além das intervenções biomédicas. É imprescindível fortalecer a atenção primária à saúde, com foco na detecção precoce e no manejo adequado dos casos, além de implementar ações intersetoriais que abranjam áreas como educação, saneamento básico, habitação e proteção social. A promoção da participação comunitária e o investimento em estratégias de educação em saúde são essenciais para reduzir o estigma, ampliar o conhecimento sobre a doença e estimular a busca por diagnóstico e tratamento.

Ademais, é crucial direcionar esforços para combater as desigualdades sociais que perpetuam a vulnerabilidade das populações mais afetadas. Garantir o acesso equitativo a serviços de saúde, melhorar as condições de vida e promover o empoderamento das comunidades são estratégias fundamentais para romper o ciclo de transmissão e reduzir o impacto da hanseníase na qualidade de vida dos indivíduos.

O controle efetivo da hanseníase e sua eventual eliminação como problema de saúde pública no Brasil só serão possíveis com o enfrentamento das iniquidades estruturais que sustentam sua persistência. É necessário um compromisso contínuo por parte dos gestores, profissionais de saúde e sociedade como um todo para assegurar que as políticas públicas sejam realmente inclusivas e capazes de promover mudanças duradouras. O desafio é grande, mas é também uma oportunidade para avançar rumo a uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS:

- Brasil, Ministério da Saúde. (2016a). Hanseníase: Situação Epidemiológica no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil, Ministério da Saúde. (2016b). Diretrizes para vigilância, atenção e eliminação da Hanseníase como problema de saúde pública. Brasília: Ministério da Saúde.
- Commission on Social Determinants of Health (CSDH). (2008). Closing the gap in a generation: Health equity through action on the social determinants of health. Geneva: World Health Organization.
- Fine, P. E. M. (2007). Leprosy: what is being “eliminated”? *Bulletin of the World Health Organization*, 85(1), 2–3.
- Lockwood, D. N. R. (2004). Leprosy. In Cook, G. C., & Zumla, A. (Eds.), *Manson’s Tropical Diseases* (21st ed.). London: Saunders, 506–529.
- OMS (Organização Mundial da Saúde). (2017). *Estratégia Global para Hanseníase: 2016-2020*. Genebra: OMS.
- OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). (2010). *Hanseníase nas Américas: Eliminando barreiras para enfrentar o desafio*. Washington, D.C.: OPAS.
- Penna, M. L. F., Penna, G. O., Iglesias, P. C., Natal, S. & Rodrigues, L. C. (2009). Anti-leprosy treatment is available and effective but is hampered by operational factors. *Brazilian Journal of Infectious Diseases*, 13(3), 183–186.
- Rodrigues, L. C., & Lockwood, D. N. R. (2011). Leprosy now: epidemiology, progress, challenges, and research gaps. *The Lancet Infectious Diseases*, 11(6), 464–470.
- White, C., Franco-Paredes, C. & Kerr, L. (2016). Leprosy in Brazil and the Challenges of Elimination. *Current Tropical Medicine Reports*, 3(3), 159–166.